

Data: 2012/12/31

PUBLICO - PRINCIPAL

Título: Brasil está a travar o reconhecimento de engenheiros portugueses

Brasil está a travar o reconhecimento de engenheiros portugueses

Mais de dois anos após o primeiro acordo para o reconhecimento das licenciaturas de portugueses, o Brasil mantém o impedimento à entrada de engenheiros sem explicar por que não cumpre compromissos **Destaque, 2/3**

TRABALHO

Brasil travou acordos para reconhecer engenheiros portugueses

Bastonário vai ao Brasil falar com o seu homólogo para tentar superar o “silêncio ensurdecedor” a que se remeteram os responsáveis brasileiros, depois de terem assinado dois acordos de cooperação no último ano

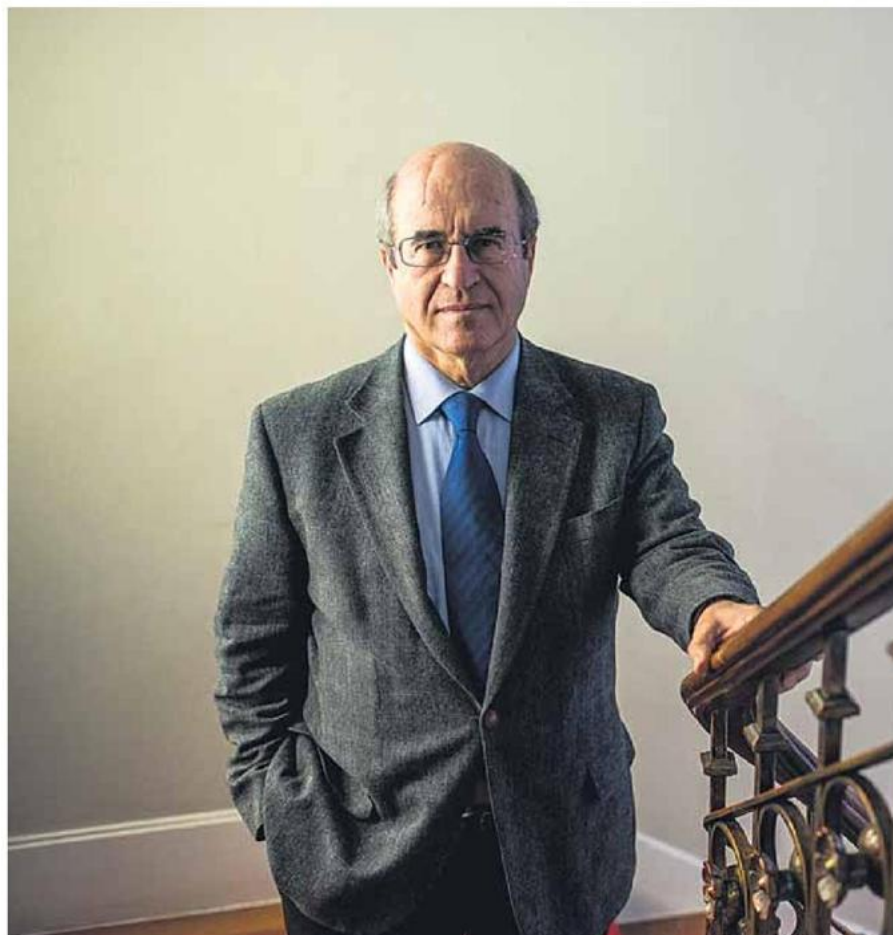
Lurdes Ferreira

Mais de um ano depois de ter assinado o primeiro de dois acordos para o reconhecimento das licenciaturas de engenheiros portugueses, o Brasil não só mantém o impedimento à entrada dos profissionais como foge a explicar a razão por que recuou em relação aos compromissos firmados. A acusação é do bastonário da Ordem dos Engenheiros (OE), Carlos Matias Ramos, admitindo que este é o assunto “mais constrangedor” do seu mandato.

Em Novembro de 2011, a OE e a sua congénere brasileira, a Confea, assinaram em Coimbra um acordo de

reconhecimento mútuo. Na presença do primeiro-ministro, Passos Coelho, “o acordo permitia o exercício profissional dos engenheiros inscritos na Ordem, aproveitando uma lei de 1966 que possibilitava o registo temporário, período durante o qual o diploma português seria reconhecido por uma universidade brasileira”, diz em entrevista ao PÚBLICO.

O acordo estabelecia ainda o prazo de seis meses para a definição dos critérios e para a sua entrada em vigor. “Era taxativo e eu acreditei que era possível”, afirma Matias Ramos. A Confea, responsável pelo registo dos profissionais, mudou entretanto de presidente e aparentemente de opinião. “Houve nitidamente um travão” e “entrou-se numa cadeia sem fim”, denuncia o bastonário.



Ao fim dos seis meses, Matias Ramos diz ter recebido cartas da Confea a alegar dificuldades e a pedir a prorrogação por mais seis meses. Ao fim desse tempo, recebeu um “silêncio ensurdecedor”.

Em Outubro passado, um novo acordo foi assinado já não entre as ordens, mas entre as cúpulas de reitores dos dois países. Matias Ramos diz ter acreditado neste segundo acordo, até que reparou que estabelecia mais um prazo, este de dois meses. Recorda que “eram duas folhas A4 com os princípios orientadores do reconhecimento mútuo de diplomas”. A iniciativa dos reitores surgia como uma “cereja no topo do bolo”, mas, passados os dois meses, repete-se o silêncio.

Nesse mesmo mês, em Outubro,

realizou-se em Lisboa o I Congresso de Engenheiros de Língua Portuguesa. Apesar dos convites da OE, o actual presidente da Confea não compareceu. Por essa altura, já o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, se tinha encontrado com o ministro brasileiro da Educação, Aloisio Mercadante, em Brasília, para pedir o reconhecimento dos diplomas.

O bastonário não poupa críticas ao “país dito irmão”: “Apresentamos a preocupação de travar a entrada de engenheiros portugueses com argumentos sequer inteligíveis, como o de que podemos ‘invadir o Brasil’. Imagine-se, com a dimensão que temos!”

O Governo brasileiro admitiu que as necessidades do país apontavam

para 80 mil engenheiros. Dos 47 mil engenheiros portugueses inscritos na OE, 19 mil são civis, a disciplina mais afectada por este desentendimento. “Mesmo que 10% dos engenheiros civis portugueses fossem para o Brasil, seriam apenas 1900”, sublinha Matias Ramos, assinalando que, em contrapartida, os 354 engenheiros brasileiros reconhecidos em Portugal são um número “proporcionalmente superior”.

No último ano, o vice-presidente da OE foi também ao Brasil por duas vezes, mas sem sucesso.

Matias Ramos, em fim de mandato e de novo candidato assumido, ilustra o que considera ser “uma cadeia sem fim” de bloqueios. Um engenheiro português, licenciado no Instituto Superior Técnico, com 18 anos de

8,2%

É o aumento do número de engenheiros que pediram isenção de quota nos últimos dois anos. A OE não sabe quantas destas isenções correspondem a engenheiros emigrados

46.911

Número de engenheiros inscritos na Ordem. Destes, 42.415 são efectivos, 2549 estagiários e o restante estudantes



com Angola e Moçambique está a correr bem. Especialmente no caso de Angola, país com o qual "há uma relação excelente" no que se refere ao reconhecimento dos engenheiros portugueses.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros considera este dossier prioritário nas relações de Portugal com o Brasil e refere que tem sido feito um "minucioso trabalho negocial", para o qual tardam resultados.

Quanto ao número de engenheiros estrangeiros reconhecidos em Portugal, é considerado residual, com um salto excepcional no ano passado, quando perto de uma centena de alemães veio a Portugal para prospecção de petróleo, uma missão que entretanto terminou.

Engenharia "desvalorizada"

À procura de saídas para a engenharia, sobretudo civil, a OE opõe-se à "desvalorização" desta actividade. Um dos sintomas disso foi a atenção mediática dada ao 29º lugar internacional obtido por uma universidade de Economia, mas o mesmo não ter acontecido com o 7º lugar da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto no ranking europeu de Engenharia Mecânica, o 12º lugar em Engenharia Química ou o 16º lugar em Engenharia Civil.

"Custa-me que o país desvalorize a engenharia", sublinha Matias Ramos. O momento mais grave desta tendência ocorreu quando o IEFP ofereceu emprego a engenheiros por 600 euros, com uma série de exigências. "Um empresário que faz uma coisa destas é um negroiro."

A despromoção da profissão reflecte, na sua opinião, uma série de "erros crassos" que levaram, por exemplo, às Scut e a um clima de suspeição sobre os interesses dos engenheiros. Responsabiliza o Estado por esta situação e por ter também destruído a carreira de engenheiro na administração pública, preferindo apoiar-se em consultoras, quando estas "estão uma vez do lado do Estado, outra do cliente".

Está, por isso, pessimista quanto à desvalorização do mérito por parte do Estado. Denuncia o caso de um bolseiro do IST, com notas elevadas, cuja bolsa lhe foi retirada devido a dívidas do pai à Segurança Social e ao fisco, apesar de ser um pai ausente. O jovem corre o risco de abandonar os estudos, por falta de capacidade financeira da mãe. "As pessoas não são números e um país que não valoriza o mérito não tem futuro."

A próxima geração será mais empreendedora e global

Lurdes Ferreira

É passado o choque, como será o engenheiro da próxima geração? Será "empreendedor", "global", mas, ao mesmo tempo, "com raízes no país", na perspectiva do actual bastonário. Na escola, em vez de ser preparado para "trabalhar por conta de outrem", é-o para ser "empreendedor". Em vez do emprego para a vida, viverá como prestador de serviço, será um "engenheiro global, do mundo, mas mantendo a raiz no país".

Vislumbram-se também novas áreas: a engenharia dos petróleos, aeronáutica e de minas. Neste caso, "se as promessas forem verdade",

o impulso virá dos novos contratos assinados pelo Governo para a sua exploração; na aeronáutica, dos investimentos da Embraer em Portugal e na parceria para o desenvolvimento do novo avião, o KC-390; nos petróleos, a universidade já se associou à Galp Energia.

Às vezes criticada pela atenção que dedica à engenharia mais clássica - civil -, a OE responde que isso se deve a ser neste momento a especialidade mais afectada pela austeridade e o desemprego e por isso incidir sobre todas as gerações. Por outro lado, segundo os manuais, a engenharia civil diz-se indutora de uma grande actividade económica: por cada euro gasto nela, as actividades económicas geradas à sua volta valem mais quatro euros.

Estágio usado como exame

Lurdes Ferreira

Com a nova legislação para a abertura do acesso às profissões reguladas, a Ordem dos Engenheiros estuda a hipótese de usar o estágio como "exame de conformidade", de entrada para a especialidade. "O estágio acaba por ser o elemento que nos permite perceber se esta experiência profissional mais a formação académica se ajustam aos critérios de admissão [nos respectivos colégios]." "Será um exame de conformidade." Quem não passar fica na OE, mas como "membro indiferenciado", explica o seu responsável.

Será esta a forma de filtrar a diversidade de cursos e aplicar a nova legislação. Apesar do decréscimo em número - são hoje pouco mais de 300 cursos contra os 596 de há três anos - e de isso corresponder a uma tendência de ajustamento à oferta e procura no mercado de trabalho, o bastonário considera que esta diversidade é ainda "excessiva". Atribui o facto a uma "quase paranóia em



Ordem valoriza estágios

profissão, solicitou reconhecimento de diploma no Brasil. Foi-lhe exigido que voltasse à universidade para fazer 13 cadeiras em 60 dias, sob a superintendência de um júri e sem hipótese de alargar o prazo. Perante esta exigência legal, invocada pelas autoridades brasileiras, Matias Ramos responde que o impedimento pode ser "legal, mas é imoral".

E este travão é colocado do mesmo modo a outros países? "Não sei. O que me é referido também é o receio de uma invasão dos EUA", responde o bastonário. Por isso, anuncia que vai dia 15 de Janeiro ao Brasil para "perceber que dificuldades são", à procura de uma resposta. Desta vez, para chegar ao seu homólogo, diz que teve de recorrer a terceiros para facilitar o encontro. "Não dizer

"não", nem 'sim', nem 'nim' não pode ser. O Brasil é muitos 'brasis' e há ali gente a aproveitar-se de uma situação de emergência."

Enquanto os portugueses estão privados de beneficiar do boom económico brasileiro ou deixam que outros assinem os seus trabalhos - uma situação "inaceitável, porque é-se como um escravo" -, as solicitações de reconhecimento, "imensas", acumulam-se na Ordem.

A aposta no Peru e Colômbia, cujas economias atravessam também uma forte expansão e grande infra-estruturação, afigura-se como a alternativa. Os acordos de reconhecimento mútuo com estes países são recentes, pelo que Matias Ramos considera ser ainda cedo para balanços. Relata ainda que o mesmo tipo de acordo

dar nomes a cursos, muitas vezes por marketing", e a uma "falta de estratégia clara do que se pretende para o ensino politécnico e para a universidade". Aponta o "mimetismo" dos politécnicos em relação às universidades, com "curricula apenas diferentes dos das universidades nos nomes".

Na proliferação de cursos de Engenharia, alegadamente atractivos, Matias Ramos cita como exemplos "insustentáveis" a "Engenharia da Sustentabilidade" e a "Engenharia Financeira".